

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE RIO GRANDE/RS: ANÁLISES PRELIMINARES

FONSECA, Fabiane Fagundes da;
BARBOSA, André L. de O;
WALTER, Tatiana;
SANTOS, Caio Floriano dos.
fabianebiofonseca@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Palavras-chave: COMDEMA; Licenciamento Ambiental Municipal; Participação Social; Democracia Participativa.

1 INTRODUÇÃO

O presente relato apresenta atividades desenvolvidas no contexto do projeto de extensão “Formação Continuada de Gestores Ambientais no contexto do Licenciamento Ambiental Municipal”, financiado pelo Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA (através do convênio 069/2015/SMMA).

O projeto procura, através da sua realização, o fortalecimento e o desenvolvimento do sistema municipal de licenciamento ambiental, e tem como uma de suas metas *“promover a capacitação de gestores, conselheiros e representantes da sociedade civil para implementação da política ambiental”*. Visando atender essa meta a equipe do projeto tem acompanhado, durante o ano de 2018, as reuniões do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Rio Grande/COMDEMA.

O COMDEMA é um órgão de caráter deliberativo e normativo responsável pela aprovação e acompanhamento da implementação da Política Municipal do Meio Ambiente, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 5.463/2000, sendo sua instância superior.

Nesse sentido, o COMDEMA é um espaço de participação e controle social da Política Ambiental do município do Rio Grande, e busca o envolvimento da sociedade civil organizada nesse processo. No entendimento da equipe do projeto, o conselho pode se instituir como um espaço de exercício para a democracia participativa, em que é possível “a subida da população a níveis cada vez mais elevados de participação decisória” (BODERNAVE, 2002, p. 34).

Sendo assim, o projeto busca observar o funcionamento do COMDEMA. Procurando identificar quem são seus atores (participantes) e suas relações, diagnosticar lacunas e possibilidades de qualificação do seu funcionamento, bem como da ampliação continuada da participação social.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada se baseia na revisão bibliográfica sobre o assunto, análise documental (legislação, resoluções, recomendações, projetos e outros) e participação nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente. Sendo todas as reuniões gravadas e anotações realizadas no diário de campo (orientador e bolsista) para posterior discussão entre a equipe e produção de um relatório técnico.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

Até o momento houve a formação e instrumentalização da equipe de trabalho, através de reuniões periódicas entre o grupo. No que tange ao licenciamento ambiental do município propriamente dito, está sendo realizado um estudo acerca da regulamentação para acesso ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, bem como observação de exemplos de outros municípios e do Fundo Nacional de Meio Ambiente, com vista a propor modificações para o aprimoramento destas normativas.

O projeto tem se feito presente em todas as reuniões do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) buscando acompanhar as discussões e deliberações desta instância. Esse acompanhamento é primordial para compreender os seus ritos de funcionamento e conseguir elaborar propostas para qualificação desse espaço.

Um dos resultados desse acompanhamento é a necessidade do alargamento da participação social, ou seja, procurar desenvolver estratégias que visem a mobilização da sociedade civil organizada para estarem ocupando esse espaço. Um ponto central identificado é que “sem comunicação não pode existir participação”, sendo a informação e o diálogo imprescindíveis nesse processo (BODERNAVE, 2002, p. 68).

Atualmente a equipe também tem executado reuniões mensais com a SMMA para organizar o primeiro Seminário Municipal de Licenciamento Ambiental de Rio Grande. Esse evento tem previsão de ocorrer em novembro de 2018, e um de seus objetivos é aproximar a sociedade da discussão acerca do licenciamento ambiental, bem como a importância da participação social no COMDEMA.

Também tem realizado uma análise minuciosa sobre toda as legislações e resoluções referentes ao COMDEMA buscando apontar necessidades de alterações e modernizações visando a qualificação do seu processo de funcionamento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação social é essencial para o funcionamento do COMDEMA e seu pleno exercício. Sua ampliação é de vital importância para um efetivo controle social da política ambiental municipal, buscando seu constante aprimoramento e o fortalecimento das ferramentas da democracia participativa.

Para, além disso, ao se atingir a meta do projeto de *“promover a capacitação de gestores, conselheiros e representantes da sociedade civil para implementação da política ambiental”* se avança para alcançar o objetivo geral de fortalecer a política municipal de meio ambiente e o processo de licenciamento ambiental, garantindo um amplo controle social.

O caminhar do desenvolvimento das atividades do projeto demonstra que a participação social é um processo de aprendizado, portanto, deve se estar em constante avaliação. Não existe um receituário para promover a participação social, mas existe uma certeza da sua essencialidade para o processo de controle social do licenciamento ambiental.

5 REFERÊNCIAS

BODERNAVE, Juan Diaz. O que é participação. Edição. São Paulo: Brasiliense, 2002. 81 p.